

Trabalho de Malan facilitou acordo

Presidente do Banco Central vem articulando e conduzindo negociações desde maio de 1991

PAULO SOTERO

WASHINGTON — A idéia chegou a ser-lhe sugerida. Mas o presidente do Banco Central, Pedro Malan, disse que não queria festa para celebrar a concretização do acordo da dívida externa, finalizado na noite de sexta-feira. A Malan e sua equipe cabem, no entanto, a maior parte dos louros pelo importante marco de estabilidade que o governo do presidente Itamar Franco fincou na semana passada, ao completar o processo de ativação dos contratos de redução e reestruturação dos débitos do País com os bancos internacionais.

A enorme operação normalizou as

relações do País com a comunidade financeira e colocou um ponto final na crise da dívida, uma debilitante experiência na qual o Brasil perdeu o crédito e a credibilidade internacional, que agora começa a recuperar. "Viramos uma longa e penosa página de nossa história", afirmou o presidente do BC. Foram precisos quase três anos para que a página fosse virada. Malan, um economista de 51 anos, foi o articulador e condutor da complicada tarefa, iniciada em maio de 1991, ainda no governo Collor, quando Marcílio Marques Moreira substituiu Zélia Cardoso de Melo.

Enquanto o governo se desfazia à sua volta e os ministros se revezavam na Fazenda, este ex-professor da PUC do Rio soube encontrar os argumentos capazes de convencer seus sucessivos chefes no Executivo e os membros da

comissão de finanças do Senado a manter o País no caminho da razão no tratamento dos credores externos. Em meio às turbulências provocadas pelo colapso do governo Collor, a longa e persistente busca do entendimento com a comunidade financeira acabou se transformando numa âncora de racionalidade num País que pareceu, algumas vezes, prestes a desembarcar do planeta.

A história da crise da dívida registrará os esforços de outros que insistiram no caminho do bom senso. Em janeiro de 1986, o então presidente do BC, FERNÃO BRACHER, fechou um acordo provisório que morreria com a decretação da moratória, em fevereiro do ano seguinte. Contrário ao calote, Bracher deixou o governo, em protesto, uma semana antes de ele ser anunciado. Meses depois, chamado de volta pelo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, ele ajudou a reabrir o caminho do entendimento que levaria ao acordo de 1988, negociado pelo atual secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral.

Nesse processo, Bresser e Bracher foram vítimas de um dos maiores roubos de propriedade intelectual da história das relações financeiras. Em visita a Washington em meados de 1987, eles propuseram ao então secretário do Tesouro, James Baker, o conceito da securitização da dívida. A idéia foi rechaçada como "non starter". Dois

anos depois ela renasceu como estratégia oficial da dívida do governo Bush, sob o nome Plano Brady.

Uma boa crônica da crise da dívida terá de mencionar, também, a dedicação de Antônio de Pádua Seixas, o ex-diretor da Área Externa do BC, que carregou as pedras de duas negociações, e do embaixador Jório Dauster. Negociador da dívida no período de Zélia, quando a confrontação com os bancos chegou ao clímax, Dauster articulou o acordo de emissão dos bônus com os quais o País pagou, em abril de 1991, os juros acumulados após a segunda moratória da dívida. Para Arturo Porzecanski, diretor-gerente e economista chefe do ING Capital Holdings, esse papéis, conhecidos como IDU, "tiveram uma importância fundamental para o restauração da credibilidade do Brasil no mercado e abriram o caminho para o acordo agora concluído".



TRÊS ANOS
PARA VIRAR A
PÁGINA DA
HISTÓRIA

José Paulo Lacerda/AE



Malan acabou se transformando numa âncora de racionalidade